

**INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL/COGNITIVA NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO DE PIRES
DO RIO: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL RODRIGO RODRIGUES
DA CUNHA E PROFESSOR IVAN FERREIRA**

*INCLUSION OF THE STUDENT WITH INTELLECTUAL / COGNITIVE DISABILITY IN
THE PUBLIC HIGH SCHOOL OF PIRES DO RIO: THE CASE OF COLÉGIO
ESTADUAL RODRIGO RODRIGUES DA CUNHA E PROFESSOR IVAN FERREIRA*

Antonio Pinheiro Resende

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
pinheiro.rezende@gmail.com

Júlio César Pereira Borges

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
jcesar.cat@bol.com.br

Resumo: Esta pesquisa faz uma discussão sobre a inclusão do aluno com deficiência intelectual/cognitiva no ensino médio público de Pires do Rio. Considerando ser uma temática atual e muito relevante à comunidade científica tem-se como objetivo refletir sobre avanços para a inclusão escolar, debatendo teorias que aprimore a educação inclusiva. Parte-se do pressuposto, que a inclusão de alunos com deficiência, no ensino regular, mobiliza *escola* e *sociedade* para um novo paradigma, dentro do espaço de aprendizagem; buscando igualdade de oportunidade e superação barreira que inibem a inclusão. Para realização da pesquisa foi feita uma análise bibliográfica e documental referente ao assunto, assim como, realizou-se uma pesquisa de campo participativa, tendo como estudo de caso os Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha e Professor Ivan Ferreira, sediados na cidade de Pires Rio-Goiás. Entende-se que a ressignificação da escola é imprescindível para melhoria da educação. Portanto, esta reflexão apresenta as barreiras que impedem a verdadeira inclusão, e indicativos que favoreçam a verdadeira inclusão.

Palavras-chave: Inclusão. Integração. Deficiência Intelectual. Escola.

Abstract: This research discusses the inclusion of students with intellectual / cognitive disabilities in public high schools in Pires do Rio. Considering that it is a current topic and very relevant to the scientific community, it aims to reflect on advances towards school inclusion, debating theories that enhances inclusive education. It is assumed that the inclusion of students with disabilities in regular education mobilizes school and society towards a new paradigm, within the learning space; seeking equal opportunity and overcoming barriers that inhibit inclusion. In order to carry out the research, a bibliographical and documentary analysis was carried out regarding the subject, as well as a participatory field research, with the Rodrigo Rodrigues da Cunha State College, based in the city of Pires Rio-Goiás, as a case study. It is understood that the reframing of the school is essential for improving education. Therefore, this reflection presents the barriers that prevent true inclusion, and indications that favor true inclusion.

Keywords: Inclusion. Integration. Intellectual deficiency. School.

Introdução

A cada dia que se passa, a discussão sobre a temática com portadores de deficiência física, intelectual/cognitiva se tona cada vez mais necessária e importante; ela acompanha o homem desde os seus primórdios. No decorrer da história, houve muito preconceito em torno do tema; no período da Grécia Antiga, esta condição era entendida como um castigo dos deuses, devido algum pecado do ser humano. O costume espartano, por exemplo, era de lançar crianças em um precipício, se estas apresentassem algum tipo de anomalia física aparente. Na Roma antiga, as “pessoas com deficiência” eram usadas para fins de exploração, entretenimentos e prostituição, para deleite da elite dominante. Na idade média, essas pessoas eram consideradas aberrações, sinas da Ira Divina sobre os homens, castigo de Deus. O fato é que, até hoje, o assunto é envolto de muito preconceito. A humanidade evoluiu, junto a ciência, porém ainda existe muito tabu em torno do tema e, discriminação quanto a este grupo de pessoas.

A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais (NEE) na rede regular de ensino, hoje, é uma realidade, amparada por lei, um ato de superação de preconceito e segregação; a correção de um erro histórico grave do ser humano com sua própria espécie.

Hoje, há várias leis que orientam e regulamentam a educação especial, objetivando diminuir a exclusão social, pela via, de serviços de educação de qualidade, com o intuito de facilitar o acesso das “pessoas com deficiência”, com a mesma igualdade de condições das demais pessoas a tudo que precisam para viver bem e melhor. E ao ter acesso à informação, às tecnologias e tudo que as coloquem em igualdade de oportunidade na aquisição e na produção do conhecimento, no exercício da cidadania, possam gozar de completa realização como ser e cidadão, nas suas dimensões física, intelectual, emocional, social e espiritual.

Nessa perspectiva, esse estudo é motivado pela importância da atenção à demanda real de “pessoas com deficiência” necessitando do amparo do Estado para se desenvolver integralmente. Dessas pessoas, muitas conseguem apoio no seu desenvolvimento intelectual/físico/social somente com intermediação da justiça em seu favor.

Em Pires do Rio, ainda é possível perceber que há barreiras que dificultam o atendimento de demanda ligada a “pessoas com deficiência” intelectual/cognitiva, no ensino médio público. Então, se fez necessário estudar o porquê dessa situação. Para isso, o caminho necessário percorrido foi conhecer e entender o funcionamento do processo de inclusão nos

colégios públicos de Pires do Rio. Entender a política pública de orientação e regulamentação em torno da educação especial e aplicação da mesma na realidade vivida pelas instituições públicas da cidade.

O foco deste estudo é entender ou compreender o atendimento e a demanda das “pessoas com deficiência” intelectual/cognitiva no ensino médio público local, buscando responder algumas proposições pertinentes. Quais as leis que regulamentam o atendimento educacional no Brasil? Existe demanda local nessa modalidade educacional? Cada instituição tem conhecimento claro da lei específica, com suas indicações estruturais do processo educativo especial? Como está sendo aplicada a lei de inclusão em cada instituição? Quem participa do processo? Quais as adequações físicas/tecnológicas/metodológicas são oferecidas para o exercício dos direitos garantidos em lei?

A metodologia utilizada pauta do estudo documental, entrevistas espontâneas com as equipes gestoras, pedagógicas, professores e pais envolvidos no processo do ensino especial, em cada instituição envolvida. As instituições envolvidas no processo dessa pesquisa são: Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha e Colégio Estadual Professor Ivan Ferreira. Para fundamentação deste estudo científico, foi realizado observações da rotina cotidiana em cada instituição para identificar os desafios e os avanços na aplicação da lei na realidade local, quanto ao recurso humano, tecnológico e metodológico.

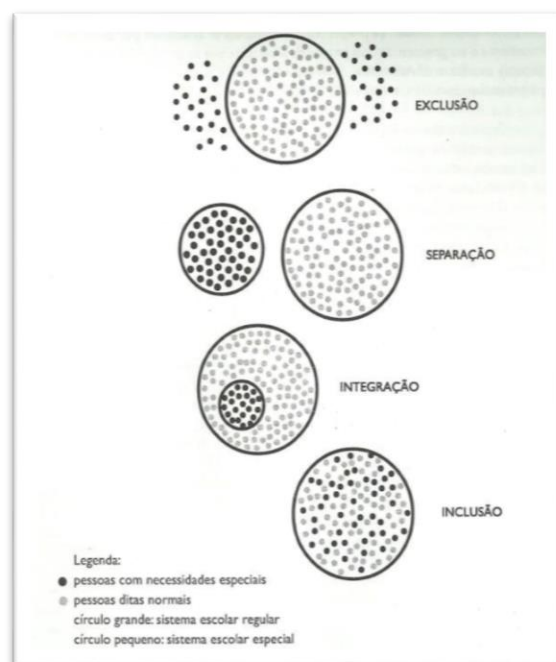
Assim sendo, ao conhecer e compreender a realidade em torno do tema, procurei identificar os possíveis problemas que circundam a educação inclusiva local, verificando os prováveis caminhos para avançar em uma educação inclusiva para todos. Embora o tema seja complexo, a discussão do assunto contribui para superação de possíveis dificuldades em relação à inclusão e acessibilidade universal do cidadão à sua educação e ao seu direito de exercício da cidadania. Este estudo será de grande valia para a comunidade científica, para a sociedade e para ciência, pois oferecer informações valiosas quanto à eficácia ou não das ações em torno da inclusão dentro do espaço escolar; contribui com indicativos para que a sociedade avance na superação do preconceito e da desigualdade de oportunidades; para que educadores superem dificuldades nas práticas pedagógicas, na supressão de barreiras físicas/atitudinais, nesta área de educação.

Seguindo tal perspectiva, busco um trabalho coletivo, com envolvimento de toda a comunidade escolar, com diálogo e ações interdisciplinares que agreguem forças para construir uma educação de excelência. Espero, com este estudo, despertar o interesse do

trabalho em conjunto nos profissionais de educação em favor da formação integral do ser humano, priorizando uma educação de qualidade que atenda cada ser segundo sua necessidade e particularidade, em todas as suas dimensões, construindo um cidadão crítico, livre e autônomo.

Inclusão ou Integração?

Que conjunturas podem ser encontradas no espaço escolar? A imagem a seguir, reflete a escola atual, em algumas das representações quanto a: Exclusão? Separação? Integração? Inclusão?



Fonte: (BEYER p. 43 in Educação Inclusiva. Obra organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Edição 2009).

Inicialmente, para compreender o processo de inclusão e papel desempenhado pelo educador no espaço escolar, é preciso entender bem o significado e a importância da “Inclusão” dentro desse espaço. Pois inclusão não é apenas garantir a matrícula e permanência do aluno com deficiência na escola regular/comum; é preciso, sobretudo, garantir a aprendizagem desses educandos, construindo sujeitos capazes, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres dentro da sociedade.

Muitos educadores confundem o conceito de “inclusão” e “integração”. Durante os últimos 14 anos, vários estudos, leituras, palestras, encontros, debates, seminários, experiência direta com o assunto, corroboraram para a fundamentação de um novo paradigma para a Educação Especial, e no que tange sobre o assunto, constata-se que a visão geral sobre *inclusão* é muito restrita e, muitas vezes, entendida de forma equivocada por muitos. Mesmo com toda efervescência causada pelo paradigma da inclusão educacional, percebe-se que ainda se cultiva no cerne de muitas instituições comuns e/ou especiais uma forte tendência ao trabalho de “integração”, confundindo-se ao de “inclusão” escolar. Na verdade, ainda hoje, profissionais conceitua, com dificuldade, o que realmente significa “educação inclusiva”. Integração e inclusão são duas categorias muito distintas, com significados e sentidos diferentes. E isso precisa ficar claro para o educador de hoje. Quem deseja trabalhar com educação inclusiva, precisa saber claramente as diferenças entre ambos conceitos.

Inclusão escolar constitui-se quando todas as pessoas têm acesso, com a mesma igualdade de condições das demais pessoas, ao sistema de ensino, não existindo nenhum tipo de barreiras físicas, tecnológicas e/ou atitudinais; discriminação, preconceito, segregação, seja de gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas, intelectuais ou mentais somente exclui, separa e diminui o ser.

Hoje em dia, o grande cerne da “inclusão” escolar são as crianças e jovens portadores de necessidades educativas especiais (NEE), que, em geral, apresentam algum tipo de deficiência física, ou intelectual cognitiva. Sabe-se que a educação inclusiva perpassa todos os níveis escolares e, cada vez mais, é preciso discutir, refletir, ressignificar todo o processo de educação para atender essa demanda que vem crescendo e precisa ser atendida com equidade.

A “inclusão” escolar preconiza a “integração” de alunos com necessidades educacionais especiais às classes de aula regulares, compartilhando as mesmas experiências e aprendizados que os demais estudantes que não apresentam nenhuma deficiência. Embora ambos os conceitos se complementem, integrar significa ajuntar ao grupo, enquanto incluir de participar, compartilhar das experiências vividas pelo grupo. Contudo, toda inclusão sucede de uma integração, porém, nem toda integração significará uma inclusão.

Por conseguinte, incluir, mais do que integrar, é permitir que cada educando possa desenvolver suas potencialidades, autonomamente. E o educador deve-se colocar como mediador desse processo colocando todos os recursos tecnológicos, metodológicos e humanos a disposição deste educando, para que ele conheça, se desenvolva e produza frutos dentro da

sociedade. Ressignificar o papel da escola e do professor ante a “inclusão” é imprescindível para que o espaço educativo deixe de ser visto como ambiente de exclusão e discriminação e, passe a ser percebido como ponte mediadora indispensável na “inclusão” educacional do aluno com deficiência ou não.

Sobre a “inclusão” Mantoan (2003, p. 18) opina o seguinte:

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas – sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.

A partir do excerto, pode-se compreender que deficiência não é uma característica do aluno, mas pode ser deste, do professor, ou da escola. É importante revermos todo o processo educativo para construir um novo jeito de ensinar e aprender, na escola. A Escola precisa ser repensada. Ela está cheia de diversidades. Não existe aluno padrão, normal ou anormal. Existe pessoas diferentes, com necessidades, capacidades e inteligências diferenciadas, cada uma com suas limitações e potencialidades, que precisam ser respeitadas e valorizadas. O papel do educador é considerar todas as diferenças, respeitar cada limitação e dialogar com todas as inteligências, que evoluem cada qual segundo seu tempo e compreensão.

Na atual conjuntura é propício que o educador reformule o seu jeito de ensinar e construir, junto com aluno, o conhecimento que liberta e transforma vidas e realidades. Ratificando, “inclusão” é mais que adaptação do espaço físico, mais do que integrar “pessoas com deficiências” em salas comuns, é promover acesso universal à todas as tecnologias que facilite o acesso irrestrito à informação e ao conhecimento, é desenvolver uma linguagem que ajude cada um compreender o que foi transmitido sem mediação de outrem. O currículo, o plano de aula, enfim, todos os recursos tecnológicos, metodológicos e humanos devem priorizar todos os alunos que participam do processo educativo, sem excluir ou permitir que alguém fique à margem desse processo.

Por conseguinte, uma escola que deseja ser inclusiva precisa focar todos os alunos, na sua diversidade sem privilegiar qualquer um, em detrimento de outrem. A valorização da diversidade das inteligências deve estar presente no planejamento do currículo, do plano político pedagógico (PPP) e do plano individual de educação (PIE). Sem um planejamento

que contemple toda a diversidade, que permita a participação de todos nas atividades educacionais, não será possível construir a tão sonhada “Escola para Todos”.

O educador, apaixonado pela educação inclusiva, se coloca no lugar do aluno, conhece suas dificuldades, limitações e, a partir daí, sente o real valor em agir desse jeito. A escola e o educador precisam definir o seu papel no desenvolvimento do cidadão de amanhã. Pois, a ação educacional deve ser qualificadora, não quantificadora; educação inclusiva valoriza cada pessoa, respeitando suas limitações e potencialidades, reconhece e valoriza as diferenças, contempla a formação integral do cidadão, em todas as suas dimensões físicas, intelectuais e morais. Assim sendo, desenvolve a formação integral educando cidadãos para a responsabilidade social, construindo dentro dessa um novo comportamento de justiça, ética e solidariedade.

Sobre diferenças, Chinazzo (2009, p. 91) nos alerta que assim como há diferentes sociedades, é preciso que haja diferentes métodos de ensinar:

[...] como existem diferentes sociedades, também existem diferentes modalidades de promover a educação. [...] E, em qualquer sociedade a educação é o instrumento que possibilita os seres humanos socializarem-se e tornarem comuns seus saberes, suas crenças, suas normas, seus costumes, suas culturas, sua arte, sua história... A fim de que todos os componentes do grupo compartilhem daquilo que, a princípio, é de todos e para todos, onde todos possam se sentir incluídos e pertencentes em sua sociedade.

A partir do excerto, podemos compreender que a educação é dinâmica e exige que o educador esteja sempre à frente do seu tempo, desenvolvendo inovações que traga maior eficácia em suas práticas educacionais, promovendo assistência a todos com equidade, permitindo que cada um se manifeste sem receio de ser excluído, discriminado ou diminuído por sua condição ou deficiência.

Essa discussão não quer promover um receituário de como trabalhar com a educação inclusiva, seja com pessoas com deficiência intelectual/cognitiva ou com qualquer outro tipo de deficiência. Porém, tem objetivo de conscientizar a todos que a obrigação de promover uma escola inclusiva para todos é do professor regente, do professor de apoio, da equipe gestora, dos pais, dos educandos, da comunidade e do Estado, garantido uma educação de qualidade universal.

O diálogo interdisciplinar deve fazer parte das rotinas de atividades educacionais dentro do espaço escolar. Ninguém realiza inclusão isoladamente. Esta ação é coletiva e, deve

ser humanizada e acolhedora. A “inclusão”, deve fazer parte da vida escolar, pois é requisito de uma realização plena de todos, alunos, professores e sociedade. As diferentes inteligências se complementam, constrói sentidos e significados que transformam vidas, culturas e comportamentos. Desconstruir a exclusão escolar e social é o primeiro passo para promoção da justiça, da ética e da solidariedade.

O papel do educador, que compreende corretamente a “inclusão”, é de se preocupar com a formação integral do aluno, de superar os desafios que a educação nos abarca, dia-a-dia, dentro e fora da sala de aula. Cada educador tem sua responsabilidade educacional e social. Não se pode transferi-la a outrem. A construção da educação inclusiva não é obrigação do especialista ou do professor de apoio, mas de todos os interlocutores envolvidos no espaço escolar, buscando ajuda sempre que possível em outras instancias para garantir a educação de qualidade para todos. A partir desse princípio, Mantoan (2003, p. 18) discorre o seguinte:

... E fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recaí sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais.

A partir do excerto pode-se compreender que nenhuma pessoa poderá substituir nossas responsabilidades dentro do processo educativo. Muitas vezes, se ouve a seguinte afirmação: “não me considero capaz de trabalhar com a inclusão”; “não estou preparado (a)”. Na verdade, quando estaremos? Por mais conhecimento teórico que as universidades ofereçam, nunca teremos uma receita padronizada de como exercer a inclusão dentro da sala de aula. Pois, cada aluno é diferente no aprender, no ensinar e no fazer. Cada aluno necessita de um tempo, método e recurso específico. Pessoas diferentes, inteligências diferentes, situações de aprendizagens diferentes. Cabe sim, adequarmos nossas competências e habilidades para melhor desenvolvermos uma educação de qualidade e emancipadora.

O aluno com deficiência intelectual/cognitiva é capaz de aprender como qualquer outro aluno. Basta conhecermos os recursos capazes de transmitir o significado do que se quer ensinar para este. Cada aluno com deficiência exige uma adequação e adaptação própria, no processo de ensino aprendizagem. Cabe ao educador, dentro do seu planejamento curricular, nas atividades pedagógicas envolver todos dentro do mesmo processo educativo, para que junto construam o conhecimento, o direito e a cidadania. O processo educativo exige parceria,

ações coletivas que refletem o equilíbrio e harmonia social que desejamos, promovendo respeito, igualdade e justiça. Se educar é “preparar o cidadão para o novo amanhã”, então, a escola deve ajudar construir uma nova sociedade, onde o respeito pela diversidade seja o princípio básico. Fagundes, Lippo e Teske (2009, p. 82), discorrem o seguinte sobre a vida em sociedade:

Para a vida em sociedade, o espírito público vem trazer a ideia de que a rede relacional precisa ter como base uma construção social que reconheça no outro o seu semelhante ou seu parceiro. O público é o espaço para o conjunto dos seres humanos, portadores da diversidade humana, e não deveria ser privilégio de determinados grupos sociais que podem pagar por ele.

A partir do exposto pelo autor, é possível entender que a diferença faz parte da natureza humana. É preciso reconhecer isso. O público é o espaço de todos. Portanto, não pode haver privilégio a alguns, em detrimento de outros.

Todos os alunos, com deficiência ou não, possuem os mesmos direitos e a escola deve ser instrumento de igualdade de oportunidades, ante a educação inclusiva. O preparo de todas as atividades educacionais deve contemplar todos os alunos envolvidos no processo educacional.

O aluno com deficiência intelectual não é problema do professor de apoio ou do especialista. Aliás, este aluno não é o problema. Ele é uma pessoa com limitações particulares, que com as ferramentas adequadas, pode aprender e ensinar ao mesmo tempo. Quando o educador prepara a aula, deixando este aluno de fora do seu plano educacional, está exercendo um ato de exclusão da pessoa, servindo de barreira para o acesso ao conhecimento e a informação a este aluno.

Sabe-se que não é possível generalizar ou padronizar estratégias pedagógicas a partir de um quadro de diagnóstico de determinados alunos. Ainda que, aparentemente apresentem diagnósticos iguais, são pessoas diferentes com reações diferentes às intervenções didático-pedagógicas. Então, o educador não pode antever qual preparo prévio no agir do processo educativo ante qualquer aluno.

Como dito antes, não existe receita pronta, no sentido da educação inclusiva. A escola não tem como prever, antecipadamente, como proceder com o aluno com deficiência, balizado em diagnóstico. A experiência da inclusão acontece no dia a dia com o contato, a vivência e a troca de experiência entre os interlocutores do processo educativo. A diferença faz parte da condição humana. Cada aluno traz um desafio na sua aprendizagem. E seu

processo de aprendizagem é singular, próprio de sua identidade, personalidade e vontade. Então, dizer que não está preparado para lidar com aluno da inclusão é fugir de uma responsabilidade que é de todos.

Na declaração de Salamanca (1994) é defendido a “Educação para Todos”, e isso significa não deixar ninguém de fora do processo. Estabelecer restrições, condições ou exceções são próprias à lógica da “integração”, não da “inclusão”. Nesta última, todos têm direito e oportunidade de participar.

Da Legislação

Na Constituição Brasileira, no artigo 208, inciso II e III está escrito: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] II- progressiva universalização do ensino médio gratuito: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino...”. É importante que todos saibam das garantias legais a este grupo de alunos. Pais e educadores conheçam seus direitos e deveres para melhor aplicação da cidadania dentro do processo educativo. Não basta o direito ao acesso do aluno com deficiência ao ensino regular, mas é preciso que todos os educadores entendam a importância da realização plena de cada aluno no processo educativo. Todos os alunos são diferentes. Isto precisa ser levado em conta na ação educacional. E se não houver participação conjunta, destes no mesmo processo, com igualdade de condições no mesmo tempo e espaço, não se pode dizer que a escola é inclusiva ou para “todos”.

Ao entrevistar alguns educadores nas instituições públicas, com ensino médio regular, de Pires do Rio, algumas características são expostas a partir de seus argumentos: ignorância, incapacidade, medo e preconceito. A ignorância se dá pelo desconhecimento das características ou perfis dos alunos que irão trabalhar dentro da inclusão, ou de não saber lidar melhor com cada um em particular. Nem sempre o diagnóstico de especialista aponta o caminho a ser percorrido para fazer acontecer o processo educativo com o aluno da “inclusão”.

A incapacidade se faz tanto por não existir uma receita ou fórmula pronta padrão para superar os desafios cotidianos específicos de cada aluno, quanto pela dificuldade da própria formação dos docentes nas universidades. Esses educadores dizem que as universidades não os preparam suficientemente para essa experiência complexa de sala de aula. Por conseguinte,

o preconceito parte de ideias preconcebidas sobre as probabilidades de aprendizagem e de desenvolvimento das “pessoas com deficiência”. Cada aluno possui inteligência e personalidade própria, portanto, cada experiência é única em cada pessoa no processo de aprendizagem.

Daí a importância do plano individual de educação (PIE) para cada aluno com necessidades educativas especiais. Como a inclusão é dinâmica, cada experiência dará ao professor maturidade no seu jeito de ensinar. Trabalhar com cada aluno, com deficiência intelectual/cognitiva ou não, será um eterno aprender como lidar com as diferenças. Portanto, a formação continuada, a troca de experiências entre educadores, a constante busca por inovação humana, metodológica e tecnológica deve fazer parte das rotinas do educador que busca uma educação digna para todos.

As barreiras físicas e tecnológicas devem ser desconstruídas, para o acesso universal à informação e ao conhecimento. As barreiras atitudinais também devem ser suprimidas, por meio de experiências diretas e concretas entre o aluno/educador/escola/sociedade e deve-se construir vínculos entre todos os interlocutores do espaço escolar, no processo da educação para todos. O educador que alega incapacidade, falta de tempo para planejamento específico, não investindo nas potencialidades infinitas da aprendizagem, sobe o argumento de que é necessária uma formação específica, com um tempo dedicado exclusivo a este fim, para ter a capacidade necessária para conseguir trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, não acredita na sua própria capacidade de evoluir, de crescer como pessoa e como profissional. Todos possuem capacidade, podem vencer desafios, basta acreditar mais em si e ter vontade de fazer. Pois, como dito: “a limitação está na cabeça de cada um”.

Tanto medo, quanto a ignorância e o preconceito estão presentes dentro do processo educativo, porém, tudo isso tende a diminuir e transformar-se em pontes que promovam a educação inclusiva ideal, que traga justiça, equidade e solidariedade dentro do espaço escolar.

A lei nº13.146, de 6 de julho de 2015, expressa claramente como deve ser o atendimento às “pessoas com deficiência” em todas as instituições de ensino públicas e privadas do país. No seu artigo 1º está assegurado condições de igualdade às pessoas com deficiência e o exercício dos direitos fundamentais a elas dedicados, com o objetivo de sua inclusão social e cidadania plena.

O ponto alto dessa lei é a existência das garantias aos direitos fundamentais, dedicando um capítulo exclusivo à normatização dos direitos para educação. O artigo 2º retrata que tipo

de pessoa se encaixa no conceito de “pessoa com deficiência”. Lá deixa bem claro que as pessoas que se enquadram neste conceito são aquelas “que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Quanto ao artigo 27, expõe-se o seguinte: “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais, e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. Dentro do mesmo artigo, institui-se que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Portanto, promover o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual cognitiva, é dever de todos, não somente do professor de apoio ou do especialista.

O aluno com deficiência não é paciente, mas um ser humano em pleno desenvolvimento que necessita das tecnologias e metodologias assistivas adequadas para evoluir-se plenamente no seu aspecto físico, mental e espiritual. A escola inclusiva é aquela que abre suas portas para inovações, novos pensamentos, novos saberes, novas experiências. Não se sente invadida. Não tem preconceito com novos profissionais que estão chegando da universidade e acolhe sugestões e pessoas que queiram oferecer inovações positivas tanto no comportamento quanto na metodologia de assistência ao educando com necessidades educativas especiais.

Já no artigo 28 da lei 13.146/2015 dispõe-se acerca das obrigações a serem cumpridas pelo poder público na oferta de educação à pessoa com deficiência, estendendo-se essas obrigações às instituições de ensino privadas. O artigo retrata ainda das garantias do sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino; “do aprimoramento dos sistemas educacionais; do projeto pedagógico que favoreça o processo de inclusão; das medidas individualizadas e coletivas que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência; do planejamento do estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado... da participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar; da adoção de práticas

pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores”; entre outras prerrogativas.

Sobre o Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha

O Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha, Instituição Pública, mantida pelo Governo do Estado de Goiás, fundada em 1968, atende alunos oriundos do Bairro Santa Cecília e outros 14 bairros do entorno. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Instituição, “[...] Escola recebe em sua maioria uma clientela carente, de bairros da periferia da cidade, na sua grande maioria filhos de trabalhadores assalariados e até mesmo diaristas. O quadro de alunos sofre de carência financeira e efetiva, consequência da ausência dos pais que em sua maioria trabalham integralmente” (PPP 2017, cap. 5.7). A partir do documento fica claro que o projeto político pedagógico e o currículo escolar levam em conta o perfil e a diversidade dos alunos matriculados, bem como a realidade vivida por eles.

Para a equipe diretora e docente da instituição, manifestado através do PPP:

O Projeto Político-Pedagógico além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino, proporciona a busca da identidade da escola, tendo por finalidade o comprometimento na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação. [...] reformular o PPP não significa atualizá-lo de acordo com as novas teorias educacionais. Implica rever a sala de aula, as características dos educandos, a influência da sociedade que vai além dos muros da escola de maneira a antecipar o amanhã, o futuro. (PPP 20117, cap. 2).

Uma Escola que coloca o Projeto Político Pedagógico (PPP) como de suma importância em sua ação educadora está comprometida com a educação que prioriza a formação integral do cidadão, o exercício da cidadania e a construção do conhecimento que transforma pessoas, para transformar realidades. Toda escola que prioriza o PPP tem uma ação educacional mais contextualizada com a realidade de seus alunos, constrói de forma coletiva o aprimoramento da educação, dos educadores, dos alunos e da sociedade. E está aberta a participação da comunidade dentro do ambiente escolar, no processo educativo. O projeto é construído com a participação de todos os professores e revisado anualmente. Aliás, a Escola tem o PPP e o Currículo como colunas de sustentação de seu projeto educacional. Quanto ao currículo a equipe gestora e docente da escola entende que:

O currículo é movimento e envolve as práticas docentes e institucionais com o intuito de ampliar e construir novos conhecimentos. É o currículo que organiza o que será ensinado e aprendido em termos de conhecimento para a promoção do desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes. Ainda se configura como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados, cumprindo papel relevante na construção das identidades socioculturais a partir de um processo educacional, que, garantirá a qualidade das aprendizagens. Sendo assim, currículo é como o coração que pulsa e determina o caminho percorrido por professores e estudantes para ampliação do repertório cultural. (PPP 2017, cap. 9).

É importante ressaltar que PPP e Currículo são muito importantes para sustentação das ações educacionais em qualquer instituição de ensino. Enquanto um aponta os caminhos a serem percorridos na construção do conhecimento sistemático, o outro, construído coletivamente norteia as ações didático metodológicas que irão trazer mais eficácia no processo de ensino e aprendizagem.

Espaço Físico Escolar

Atualmente, o colégio dispõe de um amplo espaço físico, com dez salas de aulas, uma secretaria, um laboratório de informática, uma biblioteca, um laboratório de ciências, uma sala para professores e coordenação, uma sala pequena para direção, uma cozinha, um depósito para merenda escolar, um depósito para guardar material de limpeza, três sanitários e uma quadra de esportes. Em todos os ambientes dedicados as atividades educacionais possuem acessibilidade universal. O que facilita o acesso das pessoas com deficiência a estes ambientes.

A Instituição possui diversos recursos pedagógicos, áudio visuais para facilitar e promover uma educação de qualidade e atingir os diversos tipos de alunos de acordo com suas necessidades e expectativas, no intuito de promover um caminho para Escola Inclusiva. A partir de 2014, a Instituição vem fazendo reformas visando à acessibilidade universal. Hoje, existe corrimões nas rampas que dão acesso aos prédios que compõe o ambiente escolar, cobertura nas rampas que dão acesso aos prédios, uma cadeira de roda e um bebedouro. É perceptível o esforço de toda a equipe docente para promover uma Educação Inclusiva para Todos.

A Instituição não possui Projeto Individual de Educação (PIE). Porém, dentro do PPP, está resguardado um capítulo dedicado à inclusão. Toda a equipe docente está preocupada em promover a Educação Inclusiva. Reconhece que há muitos desafios a superar, neste caminho.

Porém, tem consciência que inclusão é um direito, um ato de cidadania e justiça social. Embora a sala do AEE não exista na Escola, todos se desdobram em busca de adaptações pertinentes a cada caso que chega para ser atendido pela Instituição. O atendimento a cada aluno de inclusão se faz de modo muito humanizado. Professores do apoio fazem adaptações do Plano Curricular do Professor Regente para trabalhar com seus alunos da inclusão.

Nas ações educacionais em sala de aula, embora cada professor trabalhe com amor, percebo que o aluno da inclusão está ainda invisível ao sistema e/ou ao plano curricular das atividades educacionais. Os planos das aulas e das atividades ainda acontece para o aluno padronizado pelo sistema. Os alunos da inclusão parecem ser de responsabilidade do professor de apoio. Se a Educação é para todos, os planos e atividades educacionais devem focar todos os alunos sem exceção. O professor regente não nivelará por baixo o conteúdo ou conhecimento a ser ensinado se buscar adaptações para atingir os alunos da Inclusão, com recursos didáticos metodológico que permitam cada aluno entender o mesmo conhecimento transmitido conforme suas limitações. A Inclusão é responsabilidade de todos.

Em uma entrevista, uma educadora opinou o seguinte: *“todo educador conhece a legislação, porém, não basta o conhecimento; o Estado cria as leis normativas, mas nem sempre oferece as tecnologias para que se cumpram essas leis adequadamente. Cursos teóricos têm muitos por aí. São bons, mas quando o professor chega na sala não possui os recursos adequados para se fazer cumprir as leis e, por em pratica a didática adquirida durante a formação”*.

A mesma continua: *“a escola não possui sala do AEE, não há espaço para se criar essa sala; a criação desta depende mais da iniciativa do governo e de políticas públicas que financiem a compra de equipamentos adequados para promover a inclusão na escola”*. Afirma ainda que: *“humanamente buscamos formação para toda a equipe docente, na linha da inclusão; convidamos pessoas para ministrar palestras para equipe escolar, buscando formas mais eficazes de se trabalhar com o aluno com deficiência, ... Sabemos que há muito a se percorrer, se aprender para fazer uma inclusão mais humanizada e eficiente”*.

Outra educadora expôs o seguinte: *“Há professores de apoio na escola, porém, acontece de um professor atender mais de um aluno, em salas diferentes. Existe uma dificuldade de encontrar um docente com perfil adequado à especialidade a ser atendida. Nem todos têm o conhecimento e preparo emocional. Ser professor de inclusão exige conhecimento, desprendimento, paciência e solidariedade”*.

A mesma educadora relata que alternativas inclusivas estão sendo buscadas com atendimento de AEE itinerante, porém, afirma que existem dificuldades no sucesso de tal atendimento por ser um deslocamento para outra escola muito distante. Pais reclamam que não conseguem conciliar trabalho e compromisso escolar do filho. E acaba por retirar o filho do recurso especializado no contra turno. E isso é prejudicial ao trabalho de inclusão.

Todos os alunos, atendidos na inclusão, possuem laudos que atestam a necessidade do atendimento especializado. Na escola, alunos e professores convivem bem com os que possuem deficiência. Percebe-se que todos os colegas procuram integrar esses alunos em seus grupos de trabalhos e buscam uma interação com eles muito respeitosa e protetiva. Isso é muito positivo, pois as relações interpessoais favorecem a inclusão social dos alunos com deficiência, promovem evolução de aprendizagem e sociabilidade nesses alunos.

A mãe de um aluno da Inclusão, em entrevista, afirmou o seguinte: *“meu filho tem muita dificuldade de aprender; ele era um pouco nervoso, não era muito sociável; mas quando chegou aqui, os professores trabalharam muito com ele e, hoje ele é bem sociável em casa e já tem alguns amigos na escola; gosto muito dos professores daqui”*.

Ouvindo depoimentos como este, se faz entender que quando pais, professores e educandos buscam uma coesão no relacionamento interpessoal, isso produz um ambiente propício para o crescimento pessoal de cada indivíduo. A Escola promove diversas atividades transversais, com foco no respeito às diversidades. Palestras, teatros, momentos culturais são desenvolvidos para promover a integração entre os alunos, professores e comunidades.

Uma aluna do ensino médio relatou o seguinte em entrevista: *“confesso que tive contato há muito pouco tempo com colegas com deficiência, mas a convivência com eles é muito boa. Eles ensinam muito para gente, são espertos, não são bobos, a gente é que subestima a capacidade deles. Nos trabalhos, eles participam muito com a gente”*. Esse tipo de relato vem comprovar a teoria de que é possível haver uma inclusão efetiva, não ficando somente na integração. O professor não diminuirá a qualidade de sua aula se desenvolver mecanismos que alcance a compreensão particular do aluno com deficiência intelectual/cognitiva ou qualquer outro tipo de deficiência. O conteúdo curricular será sempre o mesmo, a forma de transmissão é que será adaptada e adequada a todos os alunos.

Atualmente, a Instituição possui 173 alunos matriculados no ensino médio. Destes, 11 alunos participam do atendimento especializado, representando 6% do total matriculado. As especialidades atendidas são deficiência intelectual, deficiência física, e TDAH. O colégio

conta com cinco profissionais de apoio, sendo uma itinerante que atende cinco alunos de salas e séries diferenciadas.

Em entrevista, uma educadora expôs o seguinte: *Temos alguns professores que planejam e realizam atividades adaptadas de acordo com as especialidades de cada aluno, porém, alguns ainda são resistentes e não mudaram seu fazer pedagógico, mesmo com a orientação da coordenação e gestão. Os pais e a comunidade escolar não participam dos planejamentos.*

Percebe-se aí que há muita dificuldade na transformação do processo educativo. Barreiras atitudinais se tornam o maior entrave no avanço da “Inclusão”. Todo processo educacional e a escola precisam ser repensados. Se queremos uma sociedade melhor, precisamos unir forças em torno da educação. Professores, pais e sociedade precisam refletir que tipo de cidadão queremos no amanhã. O dever de construir uma sociedade melhor não depende somente dos professores, da escola. É obrigação de todos.

A Escola, segundo depoimento de um profissional, *é aberta à educação inclusiva, embora tenhamos a consciência de que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Concordamos e conhecemos a lei que rege e garante uma educação de qualidade, mas infelizmente nossos profissionais ainda não tem qualificação e preparo para trabalhar de forma diferenciada. Alguns saem da zona de conforto e se preparam e outros continuam acomodados.*

O conhecimento teórico, mais uma vez, é muito importante, porém, é preciso que cada educador mergulhe com amor na experiência do dia a dia, pois é isso que constrói o seu crescimento e realização, como cidadão e educador.

Sobre o Colégio Estadual Professor Ivan Ferreira

Uma instituição de grande importância histórica na educação de Pires do Rio. Sua origem no Instituto Grambery em 1944, época em que era extensão do Instituto Juiz de Fora MG, ligado a Igreja Metodista. Era escola particular. Seu endereço anterior era a rua Joaquim Antonio Teixeira nº24, transferindo-se mais tarde para o atual endereço, onde está instalado. Sob a égide da lei 5.873/65, a escola passa a categoria de Colégio Estadual, passando a oferecer o ensino de primeiro e segundo graus. Desde 2013 é ofertada a modalidade de ensino médio exclusivamente, pela instituição.

Segundo dados do censo/2016 o colégio possui a seguinte estrutura/dependências: 10 de 12 salas de aulas utilizadas; 40 funcionários; sala de diretoria; sala de professores; laboratório de informática; quadra de esportes coberta; quadra de esporte descoberta; cozinha; biblioteca; banheiro fora do prédio; banheiro dentro do prédio; banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; sala de secretaria; almoxarifado; recursos tecnológicos áudio visuais para assistir as atividades educacionais¹.

O colégio possui demanda para educação inclusiva com alunos com deficiência intelectual/cognitiva. Segundo informações repassadas por uma docente são atendidos 450 alunos, nos três turnos de funcionamento. A Escola tem sala de AEE. Atendendo cerca de 22 alunos no processo de educação inclusiva, atualmente, representando cerca de 5% do total matriculado. Estes estão distribuídos nas categorias: deficiência intelectual, deficiência visual e surdez. Todos os casos de deficiência que necessitam de apoio são atendidos; compõe a equipe de inclusão: professor (a) de apoio à inclusão, interprete de libras, atendimento educacional especializado, num total de 12 profissionais. Segundo uma professora, não são todos os atendidos que possui laudos. Existe alunos com grande dificuldade de aprendizagem e, mesmo sem o laudo, com experiência de magistério, professores procuram ajudar e a garantir que estes alunos tenham qualidade na absorção dos conhecimentos dentro da sala de aula.

O Colégio possui plano político pedagógico; segundo um docente, este é revisto a cada 2 anos. Não existe Plano Individual de Ensino, mas, segundo uma professora da instituição: *“elaboramos os planos de atendimento seguindo as orientações da SEE/GEE. Sendo que, quem é atendido individual ou aqueles acompanhados em grupo, cada um tem seu plano específico, conforme a legislação vigente”*. Não foi permitido visualizar estes planos específicos. Ação que seria de grande relevância para este artigo, pois traria informações importantes sobre o processo de Educação Inclusiva dentro do espaço escolar. Contribuiria com informações relevantes para prática docente, para os novos educadores advindos da universidade. Seria de grande importância para o Estado, pois assim, teria melhores informações sobre a eficiência das políticas públicas de Educação empregadas; seria muito importante para a ciência, porque ajudaria na reflexão e formulação de novos conceitos que aprimorasse as práticas educacionais dentro do espaço educacional.

¹ Fonte: <http://www.escol.as/263965-colegio-estadual-professor-ivan-ferreira>.

O espaço físico escolar, apesar de algumas adaptações, tem grandes deficiências no aspecto de acessibilidade universal. As calçadas que dão acesso aos prédios internos possuem desníveis, rachaduras, ondulações, que atrapalham o livre acesso de pessoas com mobilidades restritas. É de se levar em conta que a estrutura é uma construção antiga, com projeções a este fim, não realizadas na época. Nenhum dos banheiros visitados percebi adaptações para cadeirantes.

Segundo uma docente: *a nossa dificuldade de acessibilidade ainda é maior para atendimento ao cadeirante, pois alguns espaços físicos não estão adequados completamente; no mais, procuramos cumprir a legislação para atender todos os alunos com necessidades específicas, que se matriculam na escola.*

De acordo com o depoimento, denota um reconhecimento das limitações da instituição. É bem verdade que a adequação da estrutura física não depende somente da gestão local, mas deve ser uma política pública pensada pelo Estado, através da secretaria de educação, em conjunto com as demais instituições públicas responsáveis.

Sobre a sala do AEE, de acordo com determinada professora, são ofertados atendimento educacional especializado aos alunos no contra turno do ensino regular; esse setor, na escola, organiza recursos para a acessibilidade aos conteúdos curriculares em sala de aula; participa do planejamento quinzenal com os professores da rede de apoio; oferece curso de capacitação; organiza e elabora material pedagógico; acompanha a modulação dos profissionais da rede de apoio dentre outras. Não foi permitido conhecer os recursos dedicados à inclusão, nem conhecer os planos específicos desta área, muito menos os materiais didático/pedagógicos usados para cada modalidade de deficiência demandada.

O atendimento educacional especializado é de grande importância para a inclusão escolar. Ao atender pessoas com deficiência, neste ambiente, possibilita que estas melhorem suas capacidades cognitivas, motoras e sociais.

O profissional da sala de recursos deve ajustar os seus métodos de trabalho de acordo com as necessidades dos alunos, deficientes ou não. Sabe-se que é imprescindível o diagnóstico dos alunos que serão atendidos pelo AEE, para conhecer melhor o perfil de cada um, organizando assim, mais adequadamente os instrumentos a serem utilizados. Sabe-se ainda, que o profissional dessa sala, precisa manter o diálogo interdisciplinar com todos os professores da inclusão ou não, para construir uma equipe coesa, eficiente e coerente com trabalho inclusivo de qualquer instituição.

Vale a pena lembrar que não pode existir um professor inclusivo na escola, engessado, isolado do restante da comunidade educacional. Este profissional deve estar aberto ao diálogo e a troca de experiências com os demais profissionais, agir com democracia, evitando atitudes autoritárias em suas práticas educacionais.

O desafio é grande, complexo, porém, importante na construção de uma escola inclusiva para todos. A inclusão deve acontecer de forma gradual, com envolvimento de todos os interlocutores: direção, coordenação pedagógica, professores e demais profissionais do ambiente escolar, em conjunto com a comunidade.

É preciso mudar o paradigma atual da escola. Não dá para construir uma escola inclusiva com metodologia de ensino tradicional. Inclusão não é responsabilidade do profissional do AEE, do professor de apoio, é responsabilidade de todos, desenvolvida a partir de um projeto com dimensões políticas e pedagógicas concretas, coerentes e contextualizadas.

Não foi permitido acesso à sala do AEE, na instituição. Não foi permitido conhecer a estrutura que compõe esta sala, bem como seus recursos e tecnologias usadas como ferramentas cruciais nas atividades de atendimento especial de educação. Esta ação seria de grande relevância, para trazer informações técnicas, didáticas, metodológicas para os futuros profissionais da educação advindos da universidade; traria informações importantes para comunidade científica, pois exporia as eficácias ou necessidade de aprimoramento dos recursos utilizados nesta sala; seria de grande importância para o governo, pois daria informações cruciais que possibilitasse o aprimoramento das políticas públicas em torno da inclusão.

É importante ressaltar que o AEE deve estar descrito dentro do PPP, pois deve fazer parte do planejamento e das políticas educacionais da escola. É importante que cada PPP tenha um texto ou capítulo explicativo sobre o AEE, visando auxiliar e orientar educadores e pais a se organizarem, se mobilizarem em torno de uma aprendizagem mais eficiente e humanizada.

Foi possível ter contato com dois PPPs, um de 2014 e outro de 2015. Embora o documento, apresentado, ressalte dedicação para o atendimento às diversidades, não foi visualizada nenhuma referência a educação inclusiva. Nenhum capítulo dedicado a essa temática. Como dito antes, um docente informou que este documento é atualizado a cada 2 anos. Existe aqui uma preocupação. Como se pode construir um projeto de educação

inclusiva, sem que se coloque abertamente essa preocupação dentro do projeto político pedagógico?

Na atual conjuntura da Instituição é preciso que se dedique, prioritariamente, um capítulo dentro deste documento, como objetivo imprescindível para construção de uma escola inclusiva real. Como dito por uma educadora: “a escola precisa ser repensada”.

Nas observações das rotinas educacionais, dentro da sala de aula, testemunha-se um ambiente amigável e coeso entre professor/aluno/professor, seja regente ou de apoio. Foi possível visualizar gestos de solidariedade e proteção dos alunos em relação aos que tem necessidade educacionais especiais. Os professores de apoio agem de forma carinhosa com seus alunos.

Ao contatar alguns alunos da inclusão, são unânimes em demonstrar sua satisfação com os professores. Porém, os desafios encontrados foram que nem todos se acham preparados para essa função em sala.

Cada aluno exige uma forma ou metodologia diferenciada para lidar no campo da inclusão. Existe alunos que conseguem acompanhar o conteúdo, com tempo maior para absorção ou compreensão; outros não conseguem acompanhar o conteúdo, pelo grau de comprometimento da deficiência intelectual. Mas todos os professores de apoio veem evoluções positivas em seus alunos, ao longo do processo educativo, seja cognitivo, de socialização, motora e outros progressos que se tornam vitórias a cada dia na vida do aluno e da família.

De acordo com alguns professores, os cursos de licenciaturas e pós-graduações ainda são muito teóricos, deixando a desejar no aspecto didático-pedagógico. O conhecimento científico é importante, porém, se tivesse mais práticas didático-pedagógicas dentro da universidade seria melhor para os novos professores.

Outra dificuldade manifestada, em algumas entrevistas, é que seria mais produtivo se os professores de apoio tivessem acesso ao conteúdo do professor regente antecipadamente. Pois, após o planejamento do professor regente, é preciso copiar todo o conteúdo para entregar o plano quinzenal do grupo de inclusão.

Dentro da sala de aula, apesar de toda dedicação e respeito por parte dos profissionais, testemunhado nas observações, o aluno de inclusão ainda é invisível ao sistema, ao plano de aula do regente.

A aplicação do plano curricular, na sala de aula, das atividades didático-pedagógicas, do dia a dia, ainda tem como foco o cumprimento do conteúdo e o aluno padrão. Diante disso não é possível exercer uma educação inclusiva com atividades tradicionais de ensino. O tempo, as distâncias entre as salas de aula jogam contra a preparação de uma aula mais adequada aos modelos inclusivos.

Também, quanto às práticas educacionais dentro de sala de aula, outra professora comentou: *Deve haver mais entrosamento entre o professor regente e o de apoio. Nem sempre se consegue acompanhar o conteúdo. Se o tivéssemos, antecipadamente, o resultado seria melhor em relação aos alunos da inclusão. Pouquíssimas pessoas se preocupam com a inclusão. Ficam na zona de conforto, sob a justificativa de não estar preparadas, mas a cada dia que passa, a inclusão se torna mais necessária e temos que nos adequar*".

Apesar de o sistema obrigar os professores a cumprirem o conteúdo para alimentar o mercado, formar pessoas para mão de obra, o governo precisar de estatística, notas que o coloque em situação confortável perante as entidades que cobram melhor desempenho na educação; o sistema engessar o currículo, percebe-se diversos educadores empenhados em contextualizar o conteúdo para desenvolver um cidadão mais crítico e sujeito transformador de realidades.

Observa-se, ainda, um processo de "Integração", não de "Inclusão"; como dito antes, o aluno de inclusão não é de responsabilidade exclusiva do professor de apoio, mas de todos interlocutores da comunidade escolar. Ele precisa fazer parte do planejamento e das atividades educacionais do professor regente em sala de aula. Suprimir sentimentos que materializam barreiras atitudinais que impedem o avanço eficaz da inclusão é imprescindível. Eliminar ignorância, medo, rejeição, percepção de menos valia, inferioridade, piedade, abrirá caminhos para uma humanização da educação, atendendo todos os alunos com deficiência ou não com qualidade, respeito e equidade.

Por fim, uma escola que deseja ser inclusiva não pode preocupar somente com o *conteúdo* curricular, partir deste, ser regido por este, priorizando-o; porque se assim for, desencadeará a seguinte consequência de acordo com Carvalho, (2010, p. 96):

[...] uma escola que privilegie o conteúdo programático a ser dominado pelo aluno e que construa seu projeto político-pedagógico com essa intenção, provavelmente vai privilegiar o ensino, em vez da aprendizagem e acabará recaindo na aferição do que o aluno aprendeu. Será, também, uma escola excludente.

Assim como não se pode ter como centro o conteúdo programático, não se pode centrar foco exclusivo nas atividades de aprendizagem. Deve-se haver um equilíbrio. Ou então acontecerá o seguinte, novamente como Carvalho (2010, p. 97) defende:

[...] uma escola que privilegie as atividades de aprendizagem, embora passa ser considerada como mais aberta e flexível do que as que valorizam resultados e conteúdos apenas, poderá, também, ser uma escola excludente, sempre que banalizar as atividades propostas deixando de desenvolver integralmente o aluno (nos aspectos cognitivos, afetivos, relacionais, motores e psicomotores) [...].

Os alunos com necessidades educacionais especiais não vão à Escola comum/regular somente para se socializarem. Todos são dotados de inteligências que necessitam de estímulos e recursos adequados para absorverem melhor o conhecimento transmitido. Cabe ao docente descobrir qual recurso chame mais atenção e produz melhor resultado. Por conseguinte, a Escola que almeja ser inclusiva, precisa continuamente se ressignificar, reformular sua maneira de agir, seu jeito de pensar a educação, promovendo um currículo mais flexível, que atenda todos alunos, sem exceção ou privilégios, aplicando medidas pedagógicas diferenciadas, avaliando e promovendo ações que respeitem as diferenças individuais de cada educando.

Considerações finais

Considerando tudo que foi discutido, pode-se constatar que a inclusão de alunos com deficiência, na sala de aula comum, tem muito para avançar. Pela pesquisa realizada, constata-se que há muitas barreiras a serem vencidas na construção de uma escola inclusiva, principalmente as barreiras atitudinais, recheada de preconceito, egoísmo, falta de solidariedade e de acolhimento dos novos profissionais oriundos da universidade.

A partir da discussão realizada neste trabalho, nota-se muitos conflitos entre as leis normatizadoras que regem o direito da pessoa com deficiência e as práticas vividas dentro do ambiente escolar. Não basta leis para definir direitos e deveres dentro do processo educativo. Com a pesquisa, verificou-se que o processo de inclusão depende muito de políticas públicas mais bem elaboradas, com financiamentos mais concretos e contextualizados, empregados pelo governo, de uma gestão mais aberta à participação da comunidade, pela gestão das instituições e de um comprometimento mais amplo, com diálogo e troca de experiências interdisciplinares por parte de todos os educadores.

É bem verdade que a universidade ainda oferece uma formação voltada para a teoria e, poucas práticas educacionais que preparem melhor o futuro professor. Porém, o conhecimento científico, a atitude profissional, o zelo, a criatividade e competência favorecerá para que nas práticas educacionais, da sala de aula, o profissional se realize como educador e como pessoa, junto com seus alunos.

A educação inclusiva se realiza de forma contínua, dinâmica e contextualizada na sociedade. Ela depende da participação integral de todos os interlocutores do processo educacional, principalmente da parte do aluno. Para garantir o sucesso, a permanência e realização do aluno em todas as suas dimensões físicas/cognitivas/sociais, que se mobilize professores, pais, Estado e toda a sociedade, pois desta ação, se construirá uma sociedade mais justa, ética e solidária de amanhã.

Para trabalhar melhor com alunos, com deficiência ou não, ajudará o uso da neurolinguística para conhecer o perfil de cada um. Identificando o aluno sinestésico, visual e ouvinte possibilitar-se-á melhor planejamento e preparação de recursos didático-pedagógicos que facilitem cada aluno compreender o conteúdo transmitido, segundo suas limitações e potencialidades. A preocupação com a linguagem se torna cada vez mais importante dentro de uma geração, que tem a imagem como forma de transmitir sentimento, significado e realização. Essa geração digital, de hoje, não tem mais paciência para conviver com métodos tradicionais de ensino. Se tornou imprescindível repensar a escola.

É imprescindível que os alunos com deficiência intelectual tenham um plano individual de educação, pois cada aluno é diferente na sua forma de absorver o conhecimento transmitido. Esse processo de planejamento e aplicação das atividades inclusivas individuais precisa acontecer de modo colaborativo ou coletivo; todos precisam envolver no processo, inclusive a família, para que haja uma gradual evolução da aprendizagem do aluno da inclusão. O “direito à igualdade de oportunidades”, deve ser garantido por todos os profissionais, não por submissão à lei, mais por uma questão de justiça e solidariedade. Praticar a alteridade, se colocando no lugar do outro, tornará a prática docente mais humanizada e possibilitará melhor a formação integral do aluno. Reitero que o professor precisa conhecer muito bem os alunos para saber qual é o apoio que realmente precisam.

O estatuto da pessoa com deficiência (lei nº13.146, de 6 de julho de 2015) garante os direitos fundamentais desta em relação a sua inclusão na sala comum, bem como os instrumentos e metodologias a serem empregadas para que facilite o seu acesso ao

conhecimento e a informação, focando a sua “inclusão plena”. A principal medida de apoio, defendida pela lei é o atendimento educacional especializado (AEE). Portanto é importante que toda a comunidade escolar defenda que esta sala de recursos seja empregada em toda a instituição de ensino, pública ou não. Pois essa sala se torna muito importante para o bom exercício do processo de inclusão, humanizando atendimento, construindo experiências interdisciplinares para melhorar e avançar rumo a escola inclusiva para todos.

Escola inclusiva não prepara conteúdo, aulas para alguns alunos, mas para todos. Só há inclusão se não houver discriminação, se todos participarem, respeitando as diferenças. Construir uma aprendizagem coletiva, colaborativa, permitindo igualdades de oportunidades para todos, com estratégias diferenciadas a cada perfil de aluno é a forma mais justa e eficiente de realizar a educação inclusiva, onde cada um pode desenvolver seu potencial ou capacidades.

Estarmos integralmente prontos para trabalhar na inclusão é um grande desafio e requer uma longa caminhada. A experiência, a convivência e a prática amadurecem o exercício do magistério a cada dia. Cada aluno diferente, novas práticas educacionais, novas metodologias, novo jeito de fazer o trabalho de inclusão. Todos somos capazes, quando não permitimos que os desafios nos amedrontem. Coragem, atitude, humildade e criatividade devem ser nossas virtudes que nos impulsiona todos os dias dentro das práticas educacionais como professores, formadores de opinião e construtores de cidadania.

Não foi possível alcançar todos os objetivos específicos para melhor construir indicações agregadoras para promoção e aprimoramento da educação inclusiva no nível do ensino médio público de Pires do Rio. Essa linha de pesquisa é complexa e demanda maior tempo de investigação para realizar todos os objetivos almejados. Esse estudo continua aberto à investigação, com o intuito de aprofundar a pesquisa para descobrir novos conceitos que colabore com o processo de educação inclusiva nas instituições públicas pesquisadas. Encontrei muitas dificuldades na realização do estudo de campo. Barreiras que inibem a pesquisa científica e o crescimento de profissionais que vem da universidade com muita vontade de contribuir com a educação. Essas barreiras atitudinais, excludentes, desrespeitosas, autoritárias só atrapalham a evolução da escola rumo a educação de qualidade. Não me sinto derrotado. Os desafios são expostos para serem superados com inteligência, competência e criatividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acessado em: 23/10/2016

BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Edição 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

CHINAZZO, Cosme Luiz. **Inclusão: Desafio Educacional.** In: *Educação Inclusiva*. Obra organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). P. 86 a 100. Edição 2009.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994.

FAGUNDES, Santos. LIPPO, Humberto. TESKE, Ottmar. O Reconhecimento Político das Diferenças Orientado Pelo Espírito Público. In: **Sociologia da Acessibilidade.** Obra organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). P. 82. Edição 2009

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

PPP – Projeto-Político-Pedagógico. Pires do Rio: Colégio Estadual Professor Ivan Ferreira. 2014.

PPP – Projeto-Político-Pedagógico. Pires do Rio: Colégio Estadual Professor Ivan Ferreira. 2015.

PPP – Projeto-Político-Pedagógico. Pires do Rio: Colégio Estadual Rodrigues da Cunha. 2017.

SOBRE OS AUTORES

Antonio Pinheiro Resende

Especialização em Educação e Diversidade: Relações Étnico-Raciais e de Gênero pela UEG-Campus Pires do Rio Goiás (2017); Sociólogo: Licenciado em Ciências Sociais pela ULBRA ITUMBIARA-GO (2017); Formou-se no curso Técnico em Magistério no Colégio Estadual Professor Ivan Ferreira, em Pires do Rio Goiás (1993); Estudou Filosofia no Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz (1994-1996); Realizou atividade de Educador e Líder Social na Diocese de Itumbiara - Goiás (1994-1996); Ministrou aulas em escolas da rede estadual de Pires do Rio (1997-1999); Instrutor Educacional em Informática básica no Centro Integrado de Educação Profissional desde 2001, em Pires do Rio; Atuou como professor na Educação Profissional pela Instituição SESI/SENAI (2013-2015); Colaborou com o Projeto de Iniciação à Vida Cristã (redação) na Diocese de Ipameri - Goiás (2016-2017); Trabalhou desde Janeiro de 2017 como Agente Educacional e coordenador no Polo de graduação e pós-graduação do Grupo Educacional Faveni na cidade de Pires do Rio Goiás. Trabalha desde Agosto de 2018 na Secretaria de Assistência Social de Orizona Goiás como Educador/Orientador Social.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4285324554684194>

Júlio César Pereira Borges

Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) Universidade Federal de Goiás. Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. Professor efetivo do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Pires do Rio. Professor do Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu em Geografia (PPGEO-UEG) Campus Cora Coralina Cidade de Goiás. Pesquisador da dinâmica territorial do Cerrado e de Goiás.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8314178395115992>

Recebido para publicação em março de 2020

Aprovado para publicação em junho de 2020